

O SILENCIAMENTO E VULNERABILIDADE LÉSBICA: A CONVENIÊNCIA, A CONVIVÊNCIA E AS VIOLÊNCIAS

Mariluce Vieira Chaves

Universidade Federal Fluminense, maluvives@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho objetiva debater relações que antagonizam convenções sociais, morais e produção de vulnerabilidades lésbicas, enfatizando o paradigma heteronormativo e o silencioso discurso desses corpos, desvelando formas de opressão e violência vigentes. A metodologia decorre das análises de entrevistas por formulário eletrônico em todo o território brasileiro no ano de 2016; analisando qualitativamente os dados tratados cujo conteúdo é de interesse lésbico e a imagem construída deformada e violada diante de algumas formas de desencorajamento da sexualidade.

Palavras-chave: lesbianidade, vulnerabilidade, violência.

Introdução

Este estudo tem como objetivo analisar as práticas de desencorajamento e vulnerabilidades que ocorrem com as lésbicas, demonstrando a silenciosa rede de violência expressa nas atitudes de desencorajamento sexual, o que permite debater as relações que se estabelecem na produção de políticas públicas voltadas à lesbianidade. As violências impedem a expressão emocional e muitas vezes, porque não dizer sexual, submetidas às famílias cristãs de lésbicas, que não tendo onde ficar, caso entendam ter que sair desse tipo de lar, lhes devolverá um pouco de felicidade, conforme comprovam os questionários respondidos.

Percebe-se que não se pode supor uma homogeneidade lésbica, pois os grupos são compostos por organizações e pessoas que alternam entre a cooperação e o conflito no trato com outros grupos, a depender das reflexões políticas que cada grupo faz da sua inserção social e dos momentos políticos/culturais/regionais estabelecidos. Destaca-se nesse ponto que comportamentos são socialmente atribuídos e historicamente construídos e que junto deles encontram-se jogos de poder que devem ser mantidos, para isso existem as instituições, naturalizando a aceitação da tirania sobre a liberdade de agir, falar e quase que de pensar (Boétie, 2016).

Os processos histórico-sociais e políticos, pelos quais foram sendo construídos os modelos de comportamento cotidianos, mostram que a sobrevivência do autoritarismo reside nos modelos

morais rígidos inscritos na vida cotidiana, onde se encontram indivíduos enclausurados nas suas vidas cotidianas “em seus pequenos universos previamente formados e informados de tudo o que supõe saber” (TIBURI, 2016, p. 27).

O desencorajamento trazido pelas instituições sociais, principalmente a família e a igreja, silenciam os sons; desfazem traços corporais, maneiras de vestir e andar, que fazer parte do ser lésbica; ao mesmo tempo em que pese uma tendência ao recrudescimento de não aceitação de sexualidades lésbicas, há demonstrações de uma possível ausência de práticas de enfrentamento e resistência para uma verídica emancipação afetivo-sexual das lésbicas, nas últimas décadas, apesar de concretizados, a cidadania homossexual.

O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também. É ao mesmo tempo expulso, negado e reduzido ao silêncio. Não somente não existe como não deve existir e à menor manifestação fa-lo-ão desaparecer, sejam atos ou palavras. (FOUCAULT, 1988)

Por esta compreensão, considera-se o comportamento lésbico como um rebate na recusa dos princípios pautados na heteronormatividade, mostrada como única forma possível de viver relacionamentos verdadeiros, de gerar amor, de constituir família, de olhar a vida, sem medo das proibições supondo-se esfarrapadas pelo desgaste que sofrem na arena da vida privada. Para além disso, os corpos lésbicos são subversivos quando não sustentam mais as falas autoritárias nem os discursos de ódio, mesmo aqueles silenciosos, negando novas possibilidades de viver diante de perspectivas de mundo pré-estabelecidas prontos a encarar os espaços públicos.

Metodologia

Esse texto resulta de análises de 45 formulários eletrônicos, disponibilizados em redes sociais exclusivamente voltadas para lésbicas, durante os meses de maio e junho do ano de 2016; todas as pessoas que responderam são lésbicas e o fizeram de forma espontânea. A preocupação metodológica diz respeito às singularidades, aos eufemismos e às características que envolvem esse grupo e também às pesquisas bibliográficas cujo conteúdo é de interesse principalmente pelo gênero lésbico. Com base neste levantamento foi possível categorizá-los para uma análise mais profunda.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, uma vez que não possui uma série de regras precisas ou um padrão para uma série de casos. Esta pesquisa é de cunho exploratório na elucidação e explicação do fenômeno apresentado em suas formas culturais/políticas/sociais.

A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semi-estruturadas – de cunho exploratório - com questões que possibilitaram novos e criativos enfoques sobre a lesbianidade, o que proporcionou uma visão sobre a temática e imposição à força de uma única estrutura de relacionamento entre pessoas e suas nuances. As categorias verificadas nos depoimentos desenharam o recorte para a análise, principalmente relacionadas a violências e vulnerabilidades.

Resultados e Discussão

Importante ressaltar que o caráter metodológico aqui trazido resulta de análises dos formulários eletrônicos respondidos por 45 lésbicas brasileiras no ano de 2016. Sendo os primeiros dados trazidos no artigo referente ao perfil das entrevistadas.

A maioria das entrevistadas vive no sudeste; este dado não define uma escolha do local para residência, apenas salienta que a maioria dos sites de relacionamento estão concentrados nestes estados. Contudo é sabido, mediante notícias da mídia escrita e eletrônica, que o Brasil é um país com fronteiras tênues entre a aceitação lésbica e lesbofobia.

O que torna relevante notar é que a maioria das lésbicas entrevistadas tem ensino superior, o que não quer dizer que todas as lésbicas são profissionais com ensino superior; ao contrário, o silenciamento parece ser maior na inversão do gráfico: quanto menos escolaridade, maior o silenciamento. Outro dado a ser comentado é a idade das entrevistadas, este é um claro reflexo do acesso à internet, o que não interferirá no desenvolver da análise; a concentração de entrevistadas entre 20 e 35 anos só torna a pesquisa atual num público adulto. Quanto ao estado civil as lésbicas, em sua maioria, se declaram solteiras; esse aspecto denota receio de declarar qualquer tipo de união, mesmo em se tratando de questionário exclusivo em redes sociais.

A religião impõe restrições as mais variadas. As religiões cristãs ocidentais são as que mais perseguem a homossexualidade; lançam cruzadas, encampam curas, promovem perseguições, atizam ódios e destroem relacionamentos homossexuais. Perpetram violências, psicológicas e emocionais, vasculhando detalhes da vida privada de cada pessoa. As chamadas devassidão e perversidade simbolizam a hipótese dual crime e castigo sobre o desejo e as suas manifestações, sejam elas de natureza homo ou hétero. Todas as sexualidades são oriundas das formas culturais, sociais, políticas, econômicas e outras tantas esferas onde as pessoas se relacionam em determinados contextos.

Inferese que encontros e eventos devam ser expandidos, principalmente pelas redes sociais com novas formas de viver a vida, reconhecendo a multiplicidade de prazeres e desejos incontidos nos corpos lésbicos e a importância da formação da identidade quando se está com o coletivo. Percebe-se claramente que em torno de 30% das lésbicas entrevistadas, ainda persiste o receio de ser apontada, vista, reconhecida como lésbica publicamente e sofrer preconceitos, violências e abandonos.

Denota-se que a família e as relações de trabalho (que, conforme algumas pessoas declaram, são sua “segunda família”, além da religião), fingem não saber ou então estimulam relacionamentos contidos na heteronormatividade. É tão presente a negação no caso das lésbicas, de seus relacionamentos, que os homens no local de trabalho, consideram essas mulheres sem parceiro (no masculino mesmo), sendo alvos de convites para sair ou para terem relacionamentos extra-conjugais, já que aparentam estar sós; sendo incentivadas por outras mulheres que se dizem “héteros” para sair com esses homens. Esse preço pago, quando pago, é devolvido aos que são estigmatizados, seja em forma de piadas, violência física e verbal ou até abandono pela própria família aos insurgentes.

A vulnerabilidade das lésbicas e as diversas formas de opressão em espaços múltiplos, são para Foucault (1988), o que hoje é conhecido como controle social/sexual e teve seus primórdios no século XVII, quando o termo população passou a ser problematizado. Através dos caminhos da história percebe-se como o controle social, a partir da sexualidade invadiu a vida privada. A história vai desfiando seus fios afiados e enrolados, assim conjectura-se que em qualquer sociedade a canalização dos impulsos sexuais devem ir numa única direção: a heterossexualidade, autorizada pelos governos, agentes da área de saúde, educação e as religiões judaico-cristãs. O que nos mostra o quanto ainda devemos caminhar, posto que às mulheres principalmente, só é dado um caminho e somente esse, o da inserção nas heteronormas, como sendo um pressuposto de felicidade (o desejo inerente na mulher de ser mãe, aquela que nasceu para cuidar de todos etc), paralisando a capacidade de cada uma se recriar sexualmente.

Parte-se então, do princípio de que o mundo social exista sem que nenhum indivíduo faça escolhas fora do contexto já determinado; portanto, para a autonomia sem sujeição é necessário que o mundo social esteja radicalmente modificado, através de ações coletivas e de reconhecimento entre lésbicas.

Assim, a perspectiva individualizante retira a diferença da luta; luta-se por igualdade de direitos, porém a igualdade só se realiza na esfera das diferenças. Só a partir do entendimento das

diferenças é que se consolidam as perspectivas de igualdade. Indo um pouco além, a afirmativa sobre a desconstruções das relações hegemônicas do poder, ofertam o discurso da diferença de gênero:

Essas formas de diferença são o resultado da operação da significação e do discurso, e quando postas em jogo fazem surgir os efeitos discursivos que produzem a própria diferença de gênero, assim como categorizações de gênero. A diferença de gênero, como outras formas da diferença, não é um mero efeito da significação ou da linguagem. Se aceitarmos a visão de que o conceito do indivíduo ou pessoa só é inteligível em referência a um conjunto de categorias, discursos e práticas cultural e historicamente específicas, temos que reconhecer os diferentes modos em que as categorias “mulher” e “homem”, e os discursos que empregam essas categorias, estão envolvidos na produção e reprodução das noções de pessoa [...] (MOORE, 2000)

Torna-se oportuno, então, dar som à fala, visibilidade aos corpos, retomando as rédeas de ideias, desmontando preconceitos, possibilitando novos encontros e descobertas de si como sujeitos, além de desmascarar a opressão sobre as possíveis sexualidades lésbicas. Neste caso, para Silva (2012):

Certamente, não nos parece que quando sua vida afetiva e sexual é vivida em segredo se abre mão apenas da memória ou que quando a pessoa expressa a sua homossexualidade é somente a memória que ela publiciza. Porém, certamente, parece-nos que a experiência dolorosa da vida subterrânea faz muitas vezes com que uma memória reativa, negativa e dolorosa seja construída e, com isso, uma memória que reflete em uma identidade social e coletiva que tende à adaptação social às normas vigentes escritas e impostas pela cultura e pela moral heterodominante. (SILVA, 2012)

Tende-se a pensar que a contestação das heteronormatividades é perpassada pelo conhecimento da opressão e da marginalidade na qual as lésbicas ficam inseridas enquanto silenciosas; essa contestação leva, à priori, à saída da marginalidade, da anormalidade, para a sua dignidade.

O desejo e suas manifestações homossexuais são designados como doença, cuja psiquiatria teve anos de construção social para designá-lo como perigoso, perverso e que precisa de tratamento, com prescrições de cura. Atualmente, as prescrições cristãs de processos de cura, tratamento e conversão de homossexuais em heterossexuais voltaram a ser faladas na mídia, no Congresso brasileiro etc.

As agressões vividas pelas lésbicas, possibilitam contraposições sobre a heterossexualidade. Nos tempos de direitos e de igualdades, exacerba-se o ódio ao extremo. Assim, a perspectiva

individualizante retira a diferença da luta; luta-se por igualdade de direitos, porém a igualdade só se realiza na esfera das diferenças. Só a partir do entendimento das diferenças é que se consolidam as perspectivas de igualdade. Indo um pouco além, a afirmativa sobre a desconstruções das relações hegemônicas do poder, ofertam o discurso da diferença de gênero. Torna-se oportuno, então, dar som à fala, visibilidade aos corpos, retomando as rédeas de ideias, desmontando preconceitos, possibilitando novos encontros e descobertas de si como sujeitos, além de desmascarar a opressão sobre as possíveis sexualidades lésbicas. Tende-se a pensar que a contestação das heteronormatividades é perpassada pelo conhecimento da opressão e da marginalidade na qual as lésbicas ficam inseridas enquanto silenciosas; essa contestação leva, à priori, à saída da marginalidade, da anormalidade, para a sua dignidade.

Conclusões

Não se pode negar que o espaço que vem sendo aberto na sociedade, principalmente pela mídia, através de filmes, novelas, sites, fez com que aumentasse a discussão acerca do tema, mas esta discussão, que poderia ter um caráter inovador e transformador, serve mais aos ideais de uma sociedade normatizadora do que a suposta “aceitação” das lésbicas, posto que ainda há preconceitos nas atitudes sociais. Há uma busca pelo socialmente correto, contido nas normas que não podem ser excedidas. Assim, um ponto fundamental se refere às violências que foram sendo construídas ao redor da lesbianidade, esta que deve ser combatida, a partir das resistências contrárias daqueles que não a aceitam enquanto existência válida, para que enfim as políticas públicas alcancem essa população.

Deve-se então ultrapassar discursos moralizantes para uma resistência criativa, inventando novas formas de ser e fugindo das limitações impostas por uma identidade fixada pela submissão à família nuclear institucionalizada como “eixo” normatizador de felicidade principalmente para as mulheres e à reclusão sexual imposta pela igreja cristã. Infere-se que os guetos devam ser expandidos, com novas formas de vida que reconheçam a multiplicidade de prazeres e desejos lésbicos.

Através de análises dos questionários sobre realidade lésbica, a invisibilidade é a maior trama do seu cotidiano, atrasando de alguma forma, a luta pelos direitos sociais, o que as torna invisíveis perante o Estado e dilui os contornos das políticas públicas; entende-se que os direitos sociais estão contidos nos consumidores de bens e serviços ditos sociais e os direitos políticos atravessam os indivíduos como agentes de sua própria provisão, sendo assim, as liberdades

almeçadas pelos indivíduos não podem ser invadidas pelo Estado nem pelos seus agentes, logo, para que haja consumo pelos cidadãos, esse Estado deverá ser o provedor/empreendedor de certas ações específicas para grupos específicos, principalmente aqueles que se encontram em vulnerabilidade tanto física, quanto emocional e social.

Essa superação do não-reconhecimento sugere a inserção da justiça social, pois pouco se converge para uma sociedade que reconhece a população lésbica como sujeitos de direitos, sua incorporação de suas demandas é esperada nas agendas políticas, mesmo com todos os avanços e retrocessos brasileiros.

As ações e estratégias vão se construindo e se reconstruindo continuamente em um processo dinâmico, com seus fluxos e refluxos, envolvendo interesses privados e públicos, preconceitos e as chamadas “inadequações” às normas binárias no campo da sexualidade. Identidades, tais como as de ser lésbica, se constituem mutuamente de uma forma complexa que apenas começam a ser exploradas.

Referências

BOÉTIE, Étienne de la . *Discurso sobre a servidão voluntária*. L.C.C. Publicações Eletrônicas . 2006.. www.culturabrasil.org. Disponível em http://www.miniweb.com.br/biblioteca/Artigos/servidao_voluntaria.pdf Acesso em 04/06/2016.

BOKANY, Vilma & VENTURI, Gustavo. (orgs). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2011.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade*. I- A vontade de Saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque & J. A. Guilhon Albuquerque, 19ª Ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MOORE, Henrietta L. *Fantasia de poder e fantasias de identidade: gênero, raça e violência*. Tradução: Plínio Dentzien In: Cadernos Pagu, 2000, p. 13-44.

NATIVIDADE, Marcelo & OLIVEIRA, Leandro de. *As novas guerras sexuais. Diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil*. Rio de Janeiro, Garamond Universitária, 2013.

PEREIRA, Potyara A. P. *Política Social. Temas & Questões*. São Paulo, Cortez, 2008.

RICH, Adriane. *A heterossexualidade compulsória e existência lésbica*. Trad. Carlos Guilherme do Vale. Revista Bagoas, Natal, n. 5, v. 1, 2010.

SAMOR, Geraldo. *Da Babilônica ao Boticário: os pastores do contra*. Disponível em: www.umoutoolhar.com.br Acesso em 08-06-2015.

SILVA, Alessandro Soares *Por um lugar ao sol: construindo a memória política da homossexualidade* (ou: Homossexualidade: uma história dos vencidos?). Revista Bagoas, Natal, n. 08, v1, 2012.

TIBURI, Márcia. *Como conversar com um fascista*. 7ª ed, Rio de Janeiro, Record, 2016.